



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 2.391, DE 2024**

**(Do Sr. Júlio Oliveira)**

Institui o Programa Sol nas Escolas.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1128/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**  
(Do Sr. Júlio Oliveira)

Institui o Programa Sol nas Escolas.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta lei institui o Programa Sol nas Escolas.

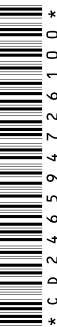
**Art. 2º** O Programa Sol nas Escolas tem o objetivo de prover recursos para a implantação, em escolas públicas de ensino fundamental, médio e profissionalizante, de projetos que visem à instalação de sistemas de microgeração ou minigeração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

**Art. 3º** São fontes de recursos do Programa Sol nas Escolas os previstos na alínea “c” do inc. I do art. 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

**Art. 4º** Os procedimentos para enquadramento e solicitação de recursos do Programa Sol nas Escolas serão estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. A negativa à liberação de recursos para projetos previstos nesta lei deverá, além de fundamentada, ser acompanhada da lista de requisitos a serem cumpridos pelo solicitante.

**Art. 5º** O art. 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 5º ..... ”





I - .....

a) 70% (setenta por cento) serão aplicados pelas próprias concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentos estabelecidos pela Aneel; .....

b) 10% (dez por cento) serão destinados ao Programa Escola Solar.” (NR)

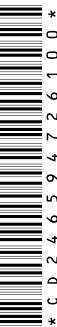
**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição destina parcela dos recursos provenientes da receita operacional líquida de distribuidoras de energia elétrica, previstos na Lei nº 9.991, de 2000, para projetos que visem à instalação de sistemas de microgeração ou minigeração distribuída, nos termos da Lei nº 14.300, de 2022. Podem se habilitar ao programa escolas públicas de ensino fundamental, médio e profissionalizante administradas pela União, Estados e Municípios.

Atualmente, os recursos previstos no dispositivo legal que se pretende alterar são destinados a projetos relacionados à eficiência energética. É possível dizer que os empreendimentos envolvendo microgeração ou minigeração distribuída também podem ser considerados de eficiência energética, razão pela qual a alteração legal visa apenas conferir maior especificidade à destinação dos recursos. Além disso, a destinação dos recursos para o novo programa permitirá sua liberação a partir da iniciativa de um conjunto de entidades interessadas em sua liberação.

A esse respeito, é importante lembrar que a Lei nº 14.120, de 2021, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 998, de 2020, remanejou verbas não utilizadas em projetos de eficiência energética para outros usos, o que demonstra que a gestão desses recursos tem ocorrido de forma a ocasionar o seu represamento ao longo do tempo. Logo, entendemos essencial





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Júlio Oliveira – PP/TO**

Apresentação: 14/06/2024 11:01:29.307 - MESA

PL n.2391/2024

introduzir a possibilidade de os recursos serem solicitados diretamente pelas escolas, que são parte interessada na liberação dos projetos.

Também foi acrescentada obrigação de apontar os requisitos a serem cumpridos nos projetos que receberem negativa de recursos. Com isso, espera-se maior transparência na contemplação dos beneficiários, bem como maior facilidade na gestão das obrigações a serem cumpridas.

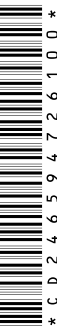
Necessário ressaltar que a instalação de sistemas de minigeração e microgeração distribuída possibilitarão liberação de verbas, que já são tão escassas nas escolas públicas, o que poderá se reverter em melhorias no ambiente escolar e na qualidade nos investimentos dessas instituições de ensino.

Visando possibilitar melhores condições de funcionamento para as escolas públicas de nosso país, solicito o apoio dos Pares para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

---

Júlio Oliveira  
Deputado Federal- PP/ TO





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 14.300, DE 06 DE JANEIRO DE 2022</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-01-06;14300">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-01-06;14300</a>
<b>LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-07-24;9991">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-07-24;9991</a>

**FIM DO DOCUMENTO**